



## Demonstrações Financeiras 2023/1

### Sicredi Brasil Central

**Assunto:** Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 25/08/2023, no site oficial do Sicredi ([www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br)).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Neverton Mendes Gomes  
Diretor Executivo  
CPF: 730.862.660-15

Mario Gustavo Aquino  
Diretor de Supervisão  
CPF: 816.961.591-72

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20





# Demonstrações Financeiras 2023/1

**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e  
Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás,  
Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi  
Brasil Central**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores, Conselheiros e Cooperados da  
**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul,  
Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central**  
Goiânia - GO

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Cooperativa Central") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

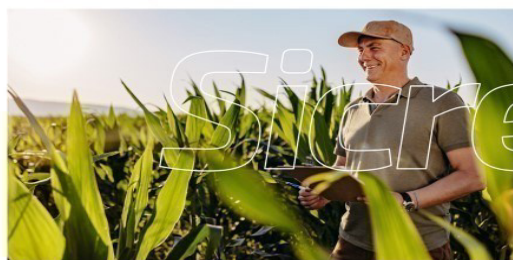
Brasília, 15 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC RS-062793/O-8

## Relatório da Administração



Somos o

**Scredi**

A primeira instituição financeira cooperativa do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

O Scredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de gestão que valoriza a participação dos seus associados, que exercem o papel de donos do negócio.

Mantemos firme nosso compromisso de contribuir com a atividade econômica das comunidades, considerando suas diferentes realidades e necessidades, buscando constantemente criar oportunidades de conexão entre associados e as mais novas tendências tecnológicas, estimulando a geração de renda e o desenvolvimento econômico e social local, com o propósito de ter cada dia uma sociedade mais próspera, inclusiva e sustentável.



### Temos porte e presença nacional

- Estamos em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em **1,8 mil** municípios
- Em mais de **200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Mais de **7 milhões** de associados
- Mais de **2,5 mil** agências e pontos de atendimento

### Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Conta corrente
- Cartões
- Investimentos
- Seguros
- Consórcios
- Máquina de cartões
- Conta 100% digital
- E muito mais

### Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera.

#### Serviços financeiros com foco nas pessoas

Com mais de 300 produtos e serviços, apoiamos os nossos associados. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

#### Tradição em inovar

Somos pioneiros do cooperativismo de crédito no Brasil e atuamos a partir da associação voluntária de pessoas em torno de um objetivo comum. Nosso modelo de negócio é centenário e ao mesmo tempo atual, pois é baseado na cooperação entre as pessoas e no interesse pela comunidade. Acreditamos que as soluções digitais são aliadas na difusão do cooperativismo de crédito.

#### Salidez e segurança

Nossos indicadores financeiros têm apresentado consecutivos resultados positivos. Somos regulamentados pelo Banco Central do Brasil e temos os mesmos mecanismos de segurança que as demais instituições financeiras convencionais. Contamos com uma série de instrumentos que garantem segurança e confiabilidade aos investimentos dos nossos associados.

#### Atuação para uma sociedade mais próspera

A sustentabilidade é um dos principais pilares do modelo de atuação do Scredi, por isso, somos signatários do Pacto Global da ONU. Estudos comprovam que a atuação de uma cooperativa de crédito gera impacto positivo em fatores como PIB, geração de empregos e renda. Também mostram que as cooperativas de crédito têm capacidade maior de abrir agências em municípios com menos habitantes e PIB menor, quando comparadas aos bancos tradicionais, promovendo mais acesso da população às soluções financeiras.

### Valorizamos as pessoas e a diversidade

#### Algumas iniciativas

##### COMITÊS MULHERE JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

##### PROGRAMA PERTENCER

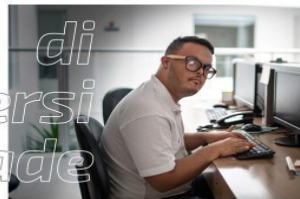
Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

##### PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 27 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

##### PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Rankings atribuídos ao Scredi pelas principais agências de risco do mundo:

AA – Fitch  
AAA – Moody's  
AAA – Standard & Poor's

#### Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 fomos reconhecidos como o 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesmo que nos cite como o melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central**  
**CNPJ/MF nº 33.737.818/0001-40**

| ATIVO                                   |           | 30/06/2023       | 31/12/2022       | PASSIVO   |           | 30/06/2023       | 31/12/2022       |
|---|-----------|------------------|------------------|---|-----------|------------------|------------------|
| <b>ATIVO</b>                            |           | <b>2.063.022</b> | <b>1.562.738</b> | <b>PASSIVO</b>  |           | <b>1.827.713</b> | <b>1.343.573</b> |
| DISPONIBILIDADES                        | (Nota 04) | 1                | 10               | DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS                             |           | 1.782.144        | 1.294.243        |
| ATIVOS FINANCEIROS                      |           | 1.873.458        | 1.386.068        | Centralização financeira - cooperativas                     | (Nota 10) | 1.782.144        | 1.294.243        |
| Aplicações interfinanceiros de liquidez | (Nota 05) | 35.678           | 35.479           | PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS    | (Nota 11) | 51               | 198              |
| Títulos e valores mobiliários           | (Nota 06) | 1.834.094        | 1.343.670        | OUTROS PASSIVOS   | (Nota 12) | 45.518           | 49.132           |
| Outros ativos financeiros               | (Nota 07) | 3.686            | 6.919            |   |           |                  |                  |
| OUTROS ATIVOS                           | (Nota 08) | 36.330           | 38.911           | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                   | (Nota 13) | <b>235.309</b>   | <b>219.165</b>   |
| INVESTIMENTOS                           | (Nota 09) | 151.771          | 136.554          | CAPITAL SOCIAL  |           | 224.858          | 212.030          |
| IMOBILIZADO DE USO                      |           | 1.462            | 1.195            | RESERVAS DE SOBRAS  |           | 5.776            | 4.895            |
|   |           |                  |                  | Reserva legal   |           | 4.897            | 4.897            |
|   |           |                  |                  | Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas |           | 879              | (2)              |
|   |           |                  |                  | SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS                                 |           | 4.675            | 2.240            |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                   |           | <b>2.063.022</b> | <b>1.562.738</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                |           | <b>2.063.022</b> | <b>1.562.738</b> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central**  
**Sicredi Brasil Central**  
**CNPJ/MF nº 33.737.818/0001-40**

| Descrição das contas  |            | 01/01/2023 a<br>30/06/2023 | 01/01/2022 a<br>30/06/2022 |
|---|------------|----------------------------|----------------------------|
| <b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                |            | <b>98.384</b>              | <b>146.043</b>             |
| Ingressos de depósitos intercooperativos                              | (Nota 05)  | 2.721                      | 2.554                      |
| Resultado de títulos e valores mobiliários                            | (Nota 06)  | 95.663                     | 143.489                    |
| <b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>               |            | <b>(95.853)</b>            | <b>(143.957)</b>           |
| Resultado centralização financeira - Cooperativas                     | (Nota 10)  | (95.853)                   | (143.957)                  |
| <b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                     |            | <b>2.531</b>               | <b>2.086</b>               |
| <b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b> |            | <b>2.144</b>               | <b>215</b>                 |
| Dispêndios e despesas de pessoal                                      | (Nota 15)  | (7.101)                    | (5.758)                    |
| Outros dispêndios e despesas administrativas                          | (Nota 16)  | (28.066)                   | (22.467)                   |
| Dispêndios e despesas tributárias                                     |            | (19)                       | (10)                       |
| Resultado de participações em coligadas e controladas                 | (Nota 09c) | 4.675                      | 2.301                      |
| Outros ingressos e receitas operacionais                              | (Nota 17)  | 87.418                     | 68.434                     |
| Outros dispêndios e despesas operacionais                             | (Nota 18)  | (54.763)                   | (42.285)                   |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>  |            | <b>4.675</b>               | <b>2.301</b>               |
| <b>RESULTADO ANTES DAS SOBRAS / PERDAS</b>                            |            | <b>4.675</b>               | <b>2.301</b>               |
| <b>SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE</b>                                   |            | <b>4.675</b>               | <b>2.301</b>               |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins -  
Central Sicredi Brasil Central  
CNPJ/MF nº 33.737.818/0001-40

|   | 01/01/2023 a 30/06/2023 | 01/01/2022 a 30/06/2022 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| <b>Resultado líquido do semestre</b>                        | <b>4.675</b>            | <b>2.301</b>            |
| Outros resultados abrangentes                               |                         |                         |
| Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas | <b>881</b>              | (29)                    |
| Resultado abrangente do semestre                            | <b>881</b>              | (29)                    |
| <b>Total do resultado abrangente</b>                        | <b>5.556</b>            | <b>2.272</b>            |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central  
CNPJ/MF nº 33.737.818/0001-40

|   | Capital Social | Reserva Legal | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Sobras ou Perdas Acumuladas | Total          |
|---|----------------|---------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------|
| <b>Saldos no início do exercício em 01/01/2022</b>          | <b>185.721</b> | <b>2.880</b>  | <b>75</b>                        | <b>(367)</b>                | <b>188.309</b> |
| Capital de associados                                       | -              | -             | -                                | -                           | -              |
| Aumento de capital  | 3.794          | -             | -                                | -                           | 3.794          |
| Sobras do semestre  | -              | -             | -                                | 2.301                       | 2.301          |
| Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas | -              | -             | (29)                             | -                           | (29)           |
| <b>Saldos no fim do semestre em 30/06/2022</b>              | <b>189.515</b> | <b>2.880</b>  | <b>46</b>                        | <b>1.934</b>                | <b>194.375</b> |
| <b>Mutações do Semestre</b>                                 | <b>3.794</b>   | <b>-</b>      | <b>(29)</b>                      | <b>2.301</b>                | <b>6.066</b>   |
| <b>Saldos no início do exercício em 01/01/2023</b>          | <b>212.030</b> | <b>4.897</b>  | <b>(2)</b>                       | <b>2.240</b>                | <b>219.165</b> |
| Destinação resultado exercício anterior                     | -              | -             | -                                | -                           | -              |
| Integralização de sobras em cotas-partes (Nota 13a)         | 2.240          | -             | -                                | (2.240)                     | -              |
| Capital de associados                                       | -              | -             | -                                | -                           | -              |
| Aumento de capital  | 10.588         | -             | -                                | -                           | 10.588         |
| Sobras do semestre  | -              | -             | -                                | 4.675                       | 4.675          |
| Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas | -              | -             | 881                              | -                           | 881            |
| <b>Saldos no fim do semestre em 30/06/2023</b>              | <b>224.858</b> | <b>4.897</b>  | <b>879</b>                       | <b>4.675</b>                | <b>235.309</b> |
| <b>Mutações do Semestre</b>                                 | <b>12.828</b>  | <b>-</b>      | <b>881</b>                       | <b>2.435</b>                | <b>16.144</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e  
Tocantins - Central Sicredi Brasil Central**  
**CNPJ/MF nº 33.737.818/0001-40**

|  | 01/01/2023 a<br>30/06/2023 | 01/01/2022 a<br>30/06/2022 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| <b>RESULTADO DO SEMESTRE</b>   | <b>2.441</b>               | <b>728</b>                 |
| Sobras líquidas  | 4.675                      | 2.301                      |
| <b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE</b>                                    | <b>(2.234)</b>             | <b>(1.573)</b>             |
| (Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas                  | (147)                      | -                          |
| Depreciação e amortização  | 161                        | 132                        |
| Reversão de provisões operacionais   | 72                         | 121                        |
| Provisões operacionais   | (134)                      | (112)                      |
| Baixas do ativo permanente   | 12                         | -                          |
| Provisão para bônus produtividade  | 2.477                      | 587                        |
| Resultado de participações em controladas e coligadas                      | (4.675)                    | (2.301)                    |
| <b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>                                       | <b>(6.644)</b>             | <b>(681)</b>               |
| (Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez               | (200)                      | 16.054                     |
| (Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários                         | (490.424)                  | (767.739)                  |
| Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas                    | 487.901                    | 753.621                    |
| (Aumento) Redução em outros ativos financeiros                             | (474)                      | 1.690                      |
| (Aumento) Redução em outros ativos   | 2.716                      | 1.195                      |
| Absorção de dispêndios pelo FATES  | (16)                       | -                          |
| (Redução) Aumento em outros passivos                                       | (6.147)                    | (5.502)                    |
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>      | <b>(4.203)</b>             | <b>47</b>                  |
| Integralização de capital em empresas controladas e coligadas              | (10.588)                   | (3.794)                    |
| Aquisição de imobilizado de uso  | (440)                      | (46)                       |
| Dividendos recebidos   | 4.634                      | -                          |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>  | <b>(6.394)</b>             | <b>(3.840)</b>             |
| Integralização de capital  | 10.588                     | 3.794                      |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b> | <b>10.588</b>              | <b>3.794</b>               |
| <b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>          | <b>(9)</b>                 | <b>1</b>                   |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período                          | 10                         | 3                          |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)                   | 1                          | 4                          |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Sicredi Brasil Central ("Cooperativa Central" ou "Instituição"), instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida à legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"), tendo iniciado as suas atividades em 10/11/1989.

A Sicredi Brasil Central, sede situada na Rua T-12, SN, Quadra 123, Lote 17 e 18, 28 andar, na cidade de Goiânia - GO. Instituição sem fins lucrativos, tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Os ativos e passivos são substancialmente gerados junto a instituições ligadas, sendo os custos dos serviços da Cooperativa Central cobrados diretamente de suas filiadas, através do fluxo orçamentário preparado para cada período.

O Sicredi, em 30 de junho de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.564 pontos, sendo 07 cooperativas filiadas a esta central. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 00, 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de agosto de 2023.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – centralização financeira**

Os recursos capitados pela cooperativa, não investidos em suas atividades são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Os quais, são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizados como atos cooperativos, pela lei nº 5.764/71, que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos na Sicredi Participações S.A. estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

#### i) Imobilizado de uso e intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto ativos corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### l) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

#### m) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### n) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das Demonstrações Financeiras são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

#### o) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

#### p) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| Descrição        | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|------------------|------------|------------|
| Disponibilidades | 1          | 10         |
| Total            | 1          | 10         |

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

|  | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) - Ligadas | 519        | 1.038      |
| DI entre Cooperativas e Central                            | 32.712     | 30.529     |
| Total circulante   | 33.231     | 31.567     |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros                   |            |            |
| Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) - Ligadas | 2.447      | 3.912      |
| Total não circulante                                       | 2.447      | 3.912      |
| Total circulante e não circulante                          | 35.678     | 35.479     |

O DI entre Cooperativas e Central permite a transferência do excedente de liquidez das Cooperativas Centrais para as Cooperativas Singulares, com taxa de remuneração de 100% do CDI. Dessa forma, recursos ociosos são passíveis de melhor rentabilização via demandas de crédito das Cooperativas Singulares, gerando um resultado de R\$ 2.721 em 06/2023 (R\$ 2.554 em 06/2022).

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

|  | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Fundos de investimento de curto prazo - FIRF | 1.595.333  | 1.093.727  |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT          | 101.732    | 76.240     |
| Total circulante                             | 1.697.065  | 1.169.967  |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT          | 132.718    | 169.392    |
| Letras Financeiras Subordinada - LFS         | 4.311      | 4.311      |
| Total não circulante                         | 137.029    | 173.703    |
| Total circulante e não circulante            | 1.834.094  | 1.343.670  |

O FIRF Crédito Privado Zeramento ("FIRF") é reservado às cooperativas integrantes do Sicredi e fundos de investimentos reservados a estas instituições, investidores profissionais, conforme legislação vigente. O FIRF é administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a sua gestão é realizada pela Confederação das Cooperativas do Sicredi. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas rentabilidade compatível com a taxa DI CETIP. O Fundo se classifica como renda fixa e aplicará os recursos integrantes de sua carteira da seguinte forma: 80%, no mínimo, em quaisquer ativos financeiros de renda fixa, diretamente ou sintetizados via derivativos. A taxa de administração será de 0,025% a.a. sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM, gerando um resultado de R\$ 80.972 em 06/2023 (R\$ 132.953 em 06/2022).

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.278/13, o Banco efetuou operação de captação junto à Cooperativa Central, que encontra-se com saldo devedor no exercício corrente no montante de R\$ 4.310, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada a 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados., gerando um resultado de R\$ 348 em 2023 (R\$ 257 em 06/2022).

As Letras Financeiras do Tesouro – LFT estão vinculadas, sob a forma de garantia, ao acordo operacional firmado, em 25 de julho de 2014, entre a Cooperativa Central e o Banco Rabobank Internacional Brasil S.A com a finalidade de disponibilizar linha de financiamento/capital de giro aos associados de cooperativas singulares filiadas a Cooperativa Central, gerando um resultado de R\$ 14.343 em 06/2023 (R\$ 10.279 em 06/2022).

**NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

| Descrição                 | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------|------------|------------|
| Ressarcimento de despesas | 3.671      | 3.166      |
| Dividendos a receber      | -          | 3.707      |
| Outras                    | 15         | 46         |
| Total circulante          | 3.686      | 6.919      |

O ressarcimento de despesas trata-se do valor a receber das filiadas referente aos valores a ressarcir das despesas administrativas resultante da contribuição das filiadas sobre o orçamento da Cooperativa Central.

**NOTA 08 – OUTROS ATIVOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

| Descrição                                    | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Outros valores e bens                        | 77         | 26         |
| Adiantamentos e antecipações salariais       | 230        | 103        |
| Adiantamentos para pagamentos de nossa conta | 1.354      | 605        |
| Ressarcimento Centralizadora                 | 607        | 7.963      |
| Impostos e contribuições a compensar         | 5          | -          |
| Valores honrados                             | 350        | 350        |
| Pendências a regularizar                     | 54         | 12         |
| Verbas de filiadas a regularizar             | 477        | -          |
| Outros                                       | 284        | 114        |
| Total circulante                             | 3.438      | 9.173      |
| Valores honrados                             | -          | 147        |
| Adiantamentos para pagamentos de nossa conta | 32.892     | 29.591     |
| Total não circulante                         | 32.892     | 29.738     |
| Total  | 36.330     | 38.911     |

Os adiantamentos para pagamento de nossa conta referem-se à antecipação de valores para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS****a) Avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

| Descrição                        | Sicredi Participações S.A. |            | Confederação |            | Total      |            |
|----------------------------------|----------------------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
|                                  | 30/06/2023                 | 31/12/2022 | 30/06/2023   | 31/12/2022 | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|                                  |                            |            |              |            |            |            |
| Número de ações/quotas possuídas | 145.632                    | 135.044    | 246          | 246        |            |            |
|                                  |                            |            | Quotas       | Quotas     |            |            |
| Capital social                   | 3.649.817                  | 3.208.211  | 5.358        | 5.358      |            |            |
| Patrimônio líquido               | 3.679.852                  | 3.210.362  | 5.373        | 5.373      |            |            |
| Valor do investimento            | 151.522                    | 136.305    | 248          | 248        | 151.770    | 136.553    |
| Equivalência patrimonial         | 4.675                      | 4.847      | -            | -          | 4.675      | 4.847      |

**b) Avaliados pelo método de custo**

|                                   | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Sicredi Fundos Garantidores - SFG | 1          | 1          |
| Total                             | 1          | 1          |

**c) Movimentação dos investimentos**

|   | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| Saldo inicial   | 136.554    | 119.182    |
| Aumento de capital em controladas e coligadas               | 10.588     | 16.309     |
| Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas | 881        | (77)       |
| Dividendos recebidos e/ou a receber                         | (927)      | (3.707)    |
| Resultado de equivalência patrimonial                       | 4.675      | 4.847      |
| Saldo final   | 151.771    | 136.554    |

O saldo de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2023 totalizam R\$ 4.634 e compreendem os dividendos adicionais provisionados o recebimento no primeiro semestre de 2023 no montante de R\$ 927 e os dividendos provisionados a receber em 2022, no montante de R\$ 3.707.

**NOTA 10 – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS**

|   | 30/06/2023       | 31/12/2021       |
|---|------------------|------------------|
| Centralização Financeira - Cooperativas | 1.782.144        | 1.294.243        |
| <b>Total circulante</b>                 | <b>1.782.144</b> | <b>1.294.243</b> |

|   | 30/06/2023    | 30/06/2022     |
|---|---------------|----------------|
| Resultado centralização financeira - Cooperativas | 95.853        | 143.957        |
| <b>Total</b>                                      | <b>95.853</b> | <b>143.957</b> |

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerada a uma média de 100% do CDI. No primeiro semestre de 2023 e 2022, esses recursos geraram despesas no montante de R\$ 95.853 e R\$ 143.957, respectivamente, e estão demonstrados em linha específica de despesa da intermediação financeira na demonstração das sobras e perdas. A aplicação desses recursos se dá no mercado financeiro através de títulos e valores mobiliários que por sua vez geraram receitas no mesmo montante.

**NOTA 11 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa Central possui provisão para riscos caracterizados como 'outros' em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

| Natureza                    | Probabilidade de perda | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------------|------------|------------|
| Outros                      | Provável               | 51         | 198        |
| <b>Total não circulante</b> |                        | <b>51</b>  | <b>198</b> |

| Natureza                    | Saldo Inicial do Período<br>01/01/2023 | Aumento Provisão | Baixa/Reversão de Provisão | Saldo Final do Período<br>30/06/2023 |
|-----------------------------|--|------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| Outros                      | 198                                    | -                | (147)                      | 51                                   |
| <b>Total não circulante</b> | <b>198</b>                             | <b>-</b>         | <b>(147)</b>               | <b>51</b>                            |

Em 30 de junho de 2023, a Cooperativa Central possuía 01 processo de natureza cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 3. Em dezembro de 2022 - R\$ 3 (cível).

**NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS**

| Descrição  | 30/06/2023    | 31/12/2022    |
|--|---------------|---------------|
| Provisão para pagamentos a efetuar                 | 3.337         | 12.067        |
| Contas a pagar empresas do grupo                   | 2.491         | 1.586         |
| Fundo de cobertura de valores                      | 5.181         | 4.838         |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social | 208           | 223           |
| Impostos e contribuições a recolher                | 287           | 354           |
| Credores diversos                                  | 570           | 471           |
| Pendências a regularizar                           | 550           | 1             |
| <b>Total circulante</b>                            | <b>12.624</b> | <b>19.540</b> |

|                                  |               |               |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Valores a ressarcir cooperativas | 32.894        | 29.592        |
| <b>Total não circulante</b>      | <b>32.894</b> | <b>29.592</b> |
| <b>Total não circulante</b>      | <b>45.518</b> | <b>49.132</b> |

Fundo Cobertura de Valores refere-se a uma reserva financeira, indivisível, com prazo indeterminado de duração. Tem por finalidade a garantia patrimonial às cooperativas de crédito em caso sinistro ou furto de valores.

Valores a ressarcir cooperativas referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

**NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

| Descrição                                | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Saldo Inicial                            | 212.030    | 185.721    |
| Integralização de capital                | 10.588     | 26.309     |
| Integralização de sobras em cotas-partes | 2.240      | -          |
| Capital Social                           | 224.858    | 212.030    |

Integralização de sobras em cotas-partes refere-se a valor aprovado em assembleia a ser destinado para integralização de capital social da Central. O saldo é 2.240 em 30/06/2023 (R\$ 0 em 30/06/2022), sendo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de fevereiro de 2023.

**b) Destinações estatutárias e legais**

De acordo com o estatuto social das cooperativas e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação no final do exercício:

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.
- 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

**c) Reservas Central**

- Reserva legal: tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- Reserva de expansão: tem por objetivo promover ações que visam o fomento, a expansão e consequentemente o desenvolvimento do Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi nos municípios que fazem parte de sua área de atuação através de abertura de novas unidades de atendimento;
- Outras reservas de capital: tem por objetivo cobrir eventuais despesas extras de cobranças judiciais, falhas humanas ou operacionais decorrentes dos sistemas de informática da Central.

**d) Sobras e perdas acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada anualmente após encerramento do exercício.

**NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Operações com Instituições relacionadas**

As operações da Cooperativa Central são substancialmente realizadas com partes relacionadas (Cooperativas, cooperados, Banco, SicrediPar, Confederação e Fundação), efetuadas a taxas e condições usuais de mercado.

| Descrição   | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| <b>Ativo</b>  |            |            |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)           | 35.679     | 35.479     |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 06)                     | 1.599.644  | 1.174.278  |
| Outros ativos financeiros (Nota 07)                         | 3.686      | 6.919      |
| Outros ativos - diversos (Nota 08)                          | 34.988     | 38.160     |
| Investimentos (Nota 09)                                     | 151.770    | 136.554    |
| <b>Passivo</b>  |            |            |
| Centralização financeira - cooperativas (Nota 10)           | 1.782.144  | 1.294.243  |
| Outros passivos - diversos (Nota 12)                        | 41.567     | 44.340     |
|   | 30/06/2023 | 30/06/2022 |
| <b>Receitas</b>   |            |            |
| Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)          | 2.721      | 2.554      |
| Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)           | 81.320     | 133.210    |
| Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)          | 87.219     | 67.283     |
| <b>Despesas</b>   |            |            |
| Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 16)      | 11.476     | 9.697      |
| Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 18)         | 44.040     | 33.926     |
| Resultado centralização financeira - Cooperativas (Nota 10) | 95.853     | 143.957    |

**b) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

A cooperativa Central não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

| Remuneração                    | 30/06/2023 | 30/06/2022 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Pessoas chave da administração | 1.964      | 1.723      |

**NOTA 15 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL**

|                  | 30/06/2023   | 30/06/2022   |
|------------------|--------------|--------------|
| Remuneração      | 5.102        | 3.952        |
| Benefícios       | 411          | 283          |
| Encargos sociais | 1.486        | 1.180        |
| Treinamentos     | 102          | 343          |
| <b>Total</b>     | <b>7.101</b> | <b>5.758</b> |



**NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

|  | 30/06/2023    | 30/06/2022    |
|--|---------------|---------------|
| Água, energia e gás                                  | 7             | 23            |
| Aluguéis   | 235           | 213           |
| Comunicação  | 902           | 735           |
| Manutenção e conservação                             | 51            | 40            |
| Material de expediente                               | 32            | 8             |
| Processamento dados                                  | 3.102         | 2.944         |
| Licença Software - Confederação                      | 3.582         | 2.799         |
| Comunicação corporativas filiadas                    | 3.829         | 2.956         |
| Propaganda e publicidade                             | 4             | 47            |
| Promoções e relações públicas                        | 85            | 26            |
| Programa de Recompensa - Confederação                | 746           | 728           |
| Serasa   | 2.821         | 2.451         |
| CDL  | 796           | 547           |
| Guarda de valores                                    | 1.859         | 2.012         |
| Serviços de terceiros                                | 166           | 72            |
| Serviços de transportes                              | 1.788         | 293           |
| Depreciação e amortização                            | 161           | 132           |
| Contribuição Confederação                            | 4.661         | 3.846         |
| Dispêndios assistência técnica, social e educacional | 16            | -             |
| Emolumentos e taxas diversas                         | 2             | -             |
| Viagens  | 395           | 225           |
| Seguros  | 25            | 11            |
| Rateio Confederação - Recuperação de Crédito         | 2.235         | 1.702         |
| Outras despesas administrativas                      | 566           | 657           |
| <b>Total</b>   | <b>28.066</b> | <b>22.467</b> |

**NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

|                                     | 30/06/2023    | 30/06/2022    |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Absorção FATES                      | 16            | -             |
| Ressarcimento contribuição filiadas | 87.219        | 67.283        |
| Reversão de provisões operacionais  | 72            | 121           |
| Outras rendas operacionais          | 111           | 1.030         |
| <b>Total</b>                        | <b>87.418</b> | <b>68.434</b> |

O ressarcimento contribuição filiadas refere-se as movimentações de repasses de rateio da Central para as Cooperativas filiadas.

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

|  | 30/06/2023    | 30/06/2022    |
|--|---------------|---------------|
| Contribuição Confederação Sustentação                            | 20.826        | 17.086        |
| Contribuição Cooperativas FCV                                    | 33            | 1.029         |
| Contribuição Confederação Célula Expansão                        | 7.197         | 5.233         |
| Contribuição Confederação Projeto Custeio                        | 7.619         | 4.937         |
| Contribuição Confederação Projeto Digital                        | 8.649         | 6.699         |
| Contribuição Confederação  | 27            | 23            |
| Contribuição Confederação Imobilizado Uso                        | 592           | 388           |
| Contribuição Confederação Célula Digital                         | 484           | 207           |
| Outras provisões operacionais                                    | 134           | 112           |
| Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais) | 7.817         | 5.837         |
| Programa de recompensa - Confederação                            | 862           | 255           |
| Outras despesas operacionais                                     | 523           | 479           |
| <b>Total</b>   | <b>54.763</b> | <b>42.285</b> |

**NOTA 19 – RESULTADO NÃO RECORRENTE**

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 30 de junho de 2022, a Central não registrou resultados não recorrentes.

**NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL****I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

## III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAS;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades".

## IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

## VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

## IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

## X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

## XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

**NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

| Limites operacionais                        | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| Patrimônio de Referência (PR)               | 103.008    | 100.466    |
| Nível I (NI)                                | 103.008    | 100.466    |
| Capital principal - CP                      | 103.008    | 100.466    |
| Capital social                              | 224.858    | 212.030    |
| Reservas de capital                         | 5.776      | 4.895      |
| Sobras acumuladas                           | 4.675      | 2.240      |
| Dedução de investimento em outras entidades | (132.301)  | (118.699)  |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)          | 238.923    | 163.222    |
| Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária | 5.359      | 4.055      |
| Margem de Capital                           | 72.563     | 79.273     |
| Índice de Basileia (PR / RWA)               | 43,11%     | 61,55%     |
| Situação de Imobilização (Imob)             | 1.462      | 1.195      |
| Índice de Imobilização (Imob / PR)          | 1,42%      | 1,19%      |

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 30 de junho de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTA 23 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

1) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Neverton Mendes Gomes  
Diretor Executivo  
CPF: 730.862.660-15

Mario Gustavo Aquino  
Diretor de Supervisão  
CPF: 816.961.591-72

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20